

## A superação da relação externa entre o pensamento e seu conteúdo na Lógica da Essência

*Prof. Dr. Christian Klotz, UFG, GT Hegel, ANPOF 2012.*

**Palavras-chave:** Essência, Reflexão, Externalidade, Hegel, McDowell.

**Resumo:** Na discussão mais recente, a crítica hegeliana ao dualismo do pensamento “formal” e do conteúdo dado – presente já nos escritos ienenses – tem sido associada com a crítica do “mito do dado”, tal como esta foi formulada por Sellars e McDowell. No entanto, a obra de Hegel que costuma ser citada nesse contexto é a *Fenomenologia do Espírito*. O objetivo do presente trabalho é discutir a questão de se também a *Lógica* de Hegel envolve uma crítica à concepção do pensamento como atividade formal que se refere a conteúdos dados. Defende-se uma resposta positiva a essa questão: a *Lógica* de Hegel, e mais precisamente a *Lógica da Essência* tematiza sim a ideia de uma relação externa entre o pensamento e seus conteúdos, com o objetivo de superá-la. Para caracterizar o tipo de relação externa entre pensamento e conteúdos que está em foco na concepção lógica da “reflexão determinante”, sugere-se adotar o conceito de “externalidade de segunda ordem”. No entanto, isso não significa que podemos identificar a crítica do mito do dado em *Mind and World* com a crítica ao ponto de vista da reflexão na *Lógica* de Hegel. A tese que resultará da comparação entre as duas posições será que a diferença entre a compreensão do que significa superar a ideia de uma relação externa entre o pensamento e seus conteúdos em Hegel e em McDowell é tão grande que não podemos atribuir a Hegel e McDowell o mesmo projeto filosófico.

A crítica ao ponto de vista da reflexão é um objetivo central nos escritos ienenses de Hegel, como se mostra, em particular, em *Fé e Saber* de 1802. Nesse escrito, Hegel subsume as posições de Kant e Fichte, mas também a de Jacobi sob o título polêmico “filosofia da reflexão da subjetividade”, expressando assim a tese de que todas essas posições, apesar das várias diferenças entre elas, têm um pressuposto fundamental em comum – a saber, a ideia de que o conhecimento se constitui pela relação do pensamento com um conteúdo que está dado independentemente dele. Segundo isto, o conhecimento possui uma estrutura essencialmente dual, que envolve a contribuição formal do pensamento e a “matéria” dada como componentes irreduzivelmente diferentes. Portanto, por “subjetividade” Hegel entende neste contexto a característica, atribuída ao pensamento pelas posições em consideração, de referir-se no conhecimento a uma realidade não-conceitual e, nesse sentido, externa a ele. Subjetividade é a finitude do pensamento no sentido do seu estar relacionado com algo externo a ele do qual não se pode apropriar.

Isso torna compreensível porque Hegel associa o pressuposto da subjetividade do pensamento com o ponto de vista da “reflexão”. Já no seu escrito sobre a diferença entre os sistemas entre Fichte e Schelling, Hegel entende por reflexão o pensamento que se baseia em concepções dualistas, ou seja, o ponto de vista do entendimento, que considera oposições – como o entre pensamento e realidade dada – como verdades últimas. Que esse ponto de vista deve ser superado é certo para Hegel de antemão – e também que deve ter alguma passagem metódica do ponto de vista da reflexão para o da filosofia verdadeira, que ele caracteriza como o do “Eu, como pensamento infinito”, ou seja, de uma pensamento autoconsciente que não se vê mais como estando frente a um conteúdo dado e externo a ele.

Na discussão mais recente, a crítica hegeliana ao dualismo do pensamento “formal” e da “matéria” dada, que está presente já nos escritos ienenses, foi associada com a crítica ao dualismo de esquema conceitual e conteúdo conforme formulada por Davidson e McDowell. Como se sabe, McDowell até explicitamente vê uma afinidade entre sua posição e a filosofia de Hegel. No entanto, a obra de Hegel que costuma ser mencionada nesse contexto é a *Fenomenologia do Espírito*. Assim, McDowell caracteriza seu livro *Mind and World* como um “prolegômeno à uma leitura da *Fenomenologia*”.<sup>1</sup> No que segue, pretendo voltar-me para a questão de em que medida se pode dizer que também a *Lógica* de Hegel tematiza e critica a ideia de uma relação externa entre o pensamento e conteúdos dados, de tal modo que talvez possamos dizer que o livro de McDowell é também um “prolegômeno à *Ciência da Lógica*”. Contra isso poderia-se objetar que a *Lógica* considera só as determinações do pensamento mesmo, o único conteúdo a ser contemplado sendo os conceitos mesmos. Como é que sob essa condição se pode falar de uma relação externa entre o pensamento e suas determinações? Parece que na *Lógica* a subjetividade no sentido do pensamento finito não pode mais ser tematizada – que a *Lógica*, desde seu início, já superou a ideia de conteúdos externos ao pensamento, desenvolvendo nada outro que determinações oriundos do pensamento mesmo.

A tese central da minha apresentação será que a *Lógica* de Hegel, e mais precisamente, a *Lógica da Essência*, tematiza sim a ideia de uma relação externa entre o pensamento e suas determinações, afim de mostrar que tal ponto de vista deve ser

---

<sup>1</sup> McDowell, 1998, pág. ix.

superado. No entanto, a relação externa entre o pensamento e seus conteúdos tematizada aqui não pode ser identificada com a relação entre pensamento formal e conteúdos dados que nos escritos do jovem Hegel são associados com a filosofia da reflexão. Por isso, falarei da “externalidade de segunda ordem” na relação entre o pensamento e seus conteúdos, distinguindo esta da externalidade “de primeira ordem” que é associada com a reflexão no escritos ienenses. Minha apresentação terá três partes: Primeiro, considerarei a concepção da reflexão determinante na *Lógica da Essência*, que aqui substitui (ou “suprassume”) a reflexão externa. Na segunda parte pretendo mostrar que na reflexão determinante ainda se mantém certo caráter externo das determinações do pensamento, que denominarei de “externalidade de segunda ordem”. Finalmente, comparar-se-á o projeto da superação da relação externa entre o pensamento e seus conteúdos na *Lógica* de Hegel e na crítica ao “mito do dado” em McDowell. A tese que resultará de tal comparação será que a diferença entre a compreensão do que significa superar a ideia de uma relação externa entre o pensamento e seus conteúdos em Hegel e em McDowell é tão grande que não podemos atribuir a Hegel e McDowell o mesmo projeto filosófico.

## I. Essência e Reflexão

O conceito de essência surge na *Lógica* com o resultado da *Lógica do Ser* de que o ser é “aparência”. O estar-suspenso da imediatez do ser, sua “nulidade”, é a tese fundamental na qual se baseiam todas as categorias da lógica da essência. Conseqüentemente, o conceito de aparência é central nos primeiros passos da *Lógica da Essência*. Como se sabe, Hegel explicita esse conceito através do conceito de negação – o que é aparência, é caracterizado por negatividade, mas não no sentido de que é negação de algo outro, mas de que é *intrinsecamente* negativo. Não-ser-verdadeiro é o que fundamentalmente caracteriza a aparência. Por isso, Hegel fala aqui – em contraste com a negação na esfera do ser – da “negatividade pura”, que “não tem nada fora de si que ela negue”.<sup>2</sup> Em outras palavras hegelianas: no conceito de aparência, “imediatez” (ser-igual-a-si-mesmo) e “negatividade” são indistinguíveis.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> GW 11, pág. 14.

<sup>3</sup> GW 11, pág. 15.

A concepção da negatividade “em si” que se refere a si mesma, que Hegel cunha na explicitação do conceito de essência, tem sido muito discutido na literatura.<sup>4</sup> No entanto, o que eu queria destacar neste ponto é só a seguinte implicação dessa concepção: Hegel não entende a essência originariamente como uma outra entidade que está em alguma relação com a aparência. Portanto, o par de conceitos essência-aparência aqui não representa nenhuma relação. Em vez disso, Hegel quer dizer que o conceito de essência, como ele surge aqui, consiste só na ideia de que o ser é aparência, ou seja, da nulidade intrínseca das determinações essenciais. Assim, num adendo na *Enciclopédia*, Hegel diz que “a essência é justamente a supressão de todo o imediato” que se dá pela natureza intrínseca do imediato mesmo, sua auto-supressão ou negatividade intrínseca.<sup>5</sup>

Inicialmente parece que Hegel identifica a reflexão com a negatividade intrínseca da aparência. Assim, ele diz: “A aparência e a reflexão são o mesmo”.<sup>6</sup> Segundo isto, o conceito de reflexão expressaria só a autoreferencialidade negativa para a qual o ser – agora aparência - passou. No entanto, um pouco mais adiante segue uma formulação diferente, que traz um aspecto novo e importante do conceito lógico de reflexão: “Para a aparência alienada da sua imediatez temos a palavra da língua estrangeira, a reflexão”.<sup>7</sup> Segundo isto, a explicitação da aparência como reflexão deve mostrar que a aparência se afasta (“se aliena”) do que ela originariamente é, a saber, o mero estar-suspenso da imediatez do ser sem relação. A aparência diferencia-se aqui em relações nas quais a nova imediatez da essência e sua mediação pela negatividade pertencem a instâncias diferentes, de modo tal que agora podemos falar de uma relação entre a essência e a aparência. O “aparecer-em-si” torna-se num “aparecer-no-seu-outro” da essência, de modo que Hegel finalmente caracteriza a esfera da essência como “uma combinação ainda imperfeita da *imediatez* e da *mediação*”.<sup>8</sup> Como se sabe, na *Lógica da Essência* de 1813 a argumentação que fundamenta as “determinações-da-reflexão” percorre três figuras da reflexão – a reflexão ponente, a reflexão externa e a reflexão determinante.<sup>9</sup>

---

<sup>4</sup> Ver Henrich, 1976, e Koch, 1999.

<sup>5</sup> ECF I, pág. 225.

<sup>6</sup> GW 11, pág. 13.

<sup>7</sup> GW 11, pág. 13.

<sup>8</sup> ECF I, pág. 226.

<sup>9</sup> Ver GW 11, págs. 15 ss..

Os três tipos de reflexão que Hegel distingue aqui podem ser entendidos como modelos diferentes para entender qual é a relação entre a essência enquanto nova imediatez e as determinações suspensas do ser. A reflexão “ponente” concebe a essência como aquilo que “põe” a aparência pela negatividade inerente nela mesma. Segundo isto, a caracterização fundamental da essência seria que ela é aquilo que põe a aparência. Aqui a essência permanece relacionada exclusivamente consigo mesma, ela gera a aparência dentro de si. No entanto, na medida em que a essência é apenas um pôr dentro de si – semelhante ao Eu absoluto de Fichte –, ainda não temos uma relação propriamente dita, o que o termo “pôr” ao mesmo tempo sugere. Neste ponto, a reflexão “externa” dá um passo para frente: Ela pressupõe uma imediatez que seja independente dela mesma e que se torna em “aparência” só na medida em que é relacionada com a idéia de uma essência. Na reflexão externa, o pressuposto de uma determinação dada é o ponto de partida da reflexão. O “suspender” das determinações essentes seria uma atividade externa a elas, exercida por um pensamento que relaciona essas determinações com uma unidade fundamental. Segundo isto, a essência seria um pensamento unificador, que é pensado em relação com determinações dadas independentemente desse pensamento. No entanto, o problema com a reflexão externa é que ela pressupõe determinações essentes como dados que são independentes da essência enquanto pensamento unificador. Esse pressuposto contradiz completamente ao resultado de que o ser está suspenso na essência. Por isso, Hegel logo observa que a reflexão externa na verdade não se refere a alguma imediatez que seja externa a ela, mesmo que ela suponha que seja assim. Porque o pressuposto de que há determinações dadas é posto por ela mesma. Portanto, o conceito de reflexão externa deve ser substituído pela concepção de uma reflexão que pressupõe uma determinação de certo modo independente da essência – possuindo assim uma “imediatez” própria –, mas que ao mesmo tempo está intrinsecamente ligada ao conceito de essência. Com isso, chegamos a reflexão “determinante”. Nela, a essência é concebida como um *relatum* que está relacionado com uma esfera de determinações da “aparência” que, por um lado, possuem certa identidade própria, mas ao mesmo tempo estão intrinsecamente relacionados com a essência. Assim, a reflexão determinante reúne características da reflexão ponente e da reflexão externa: como a reflexão ponente, ela não supõe nenhuma imediatez que seja completamente externa à essência; e como a reflexão externa, ela pressupõe uma relação da essência com algo outro, no entanto, com algo outro que está numa relação intrínseca com a essência. Agora, a essência é concebida como uma “identidade” que

difere das determinações da aparência, mas que ao mesmo tempo está intrinsecamente relacionada com a esfera das diferenças e da “negatividade”, como esta com ela.

Hegel desenvolve as figuras da reflexão como implicações lógicas da negatividade intrínseca da aparência, com a qual a reflexão é inicialmente identificada. Nesse sentido, trataria-se apenas de aspectos estruturais do ser que se tornou aparência e que agora se diferencia na relação identidade-diferença, alienando-se assim da sua imediatez não-relacional. No entanto, além do desenvolvimento categorial, esse passo tem um outro aspecto que gostaria destacar aqui: com as três figuras da reflexão fica inevitável entender a reflexão não apenas como uma estrutura ontológica, mas também como uma atividade do pensamento – o que geralmente entendemos por “reflexão”. E de fato, já no início da *Lógica da Essência* Hegel fala do ir para além do ser, que é característico da esfera da essência, no sentido de um “caminho do saber”.<sup>10</sup> E num adendo da *Enciclopédia* Hegel identifica o “refletir” com o “repensar”.<sup>11</sup> Essas formulações refletem o fato de que as determinações da essência devem ser entendidas como conceitos de um pensamento para o qual as determinações essentes e dadas não são mais a verdade última, e que ultrapassa estes ao conceber uma identidade essencial com a qual a esfera das diferenças está intrinsecamente relacionada. Nas determinações da essência, também a relação entre o pensamento e as determinações que o pensamento busca compreender a partir do conceito de essência sempre está em jogo. Com isso, o conceito de reflexão possui um componente epistêmico, que o distingue claramente dos conceitos da lógica do ser.

Isso fica muito claro no conceito de reflexão externa. Aqui, a “reflexão pensante” considera a si mesma como uma “atividade meramente formal, que recebe o conteúdo e a matéria de fora de si” e que parte no seu movimento reflexionante desse dado.<sup>12</sup> Aqui, a reflexão entende a si mesma num “sentido subjetivo”, isto é, como um pensamento que se refere a dados externos a ele que ele unifica ao relacioná-los com uma identidade essencial. Com isso, estamos justamente no ponto no qual Hegel busca integrar na *Lógica* o conceito de reflexão dos seus escritos críticos. No entanto, também já ficou claro que a reflexão externa determina o conceito de essência numa maneira que não pode ser defendida, porque no pressuposto da “matéria” dada a

---

<sup>10</sup> GW 11, pág. 3.

<sup>11</sup> ECF I, pág. 223.

<sup>12</sup> GW 11, pág. 20.

imediatez do ser permanece independente da essência, o que contradiz ao seu ser-suspensão na esfera da essência. Mas isso não significa que a reflexão externa e simplesmente eliminada no desenvolvimento posterior da Lógica da Essência: ela permanece presente como momento da reflexão determinante, na medida em que nesta a essência e a aparência são concebidas como sendo “refletidas em si”, ou seja, o pensamento atribui certa independência a elas, mesmo que a relação entre elas não é mais entendida como meramente externa, mas como intrínseca. Como reflexão determinante, o pensamento refere-se a um múltiplo distinto da identidade que é concebida como essencial, mesmo que este múltiplo não seja compreensível sem essa identidade. Isso não é mais a reflexão da qual os escritos críticos do jovem Hegel falam. Mas também ainda não é o ponto de vista do “pensamento absoluto”, que superou completamente o dualismo entre o pensamento e o conteúdo dado.

## II. A superação da estrutura da essência como superação

### da externalidade de segunda ordem

O que significa a superação da reflexão externa pela reflexão determinante em relação à relação entre o pensamento e o múltiplo das determinações que são referidas pelo pensamento à ideia de uma identidade essencial? Já foi observado que a relação entre o pensamento e o múltiplo sempre é contemplado na Lógica da Essência, sendo o aspecto *epistémico* presente nela além do desenvolvimento puramente categorial. Podemos dizer que na reflexão determinante ainda permanece alguma externalidade na relação entre o pensamento e o múltiplo?

Essa pergunta exige voltar-se para um problema fundamental que se levanta na Lógica da Essência. No desenvolvimento que começa com as determinações da reflexão, é atribuída uma “imediatez” própria à essência, pela qual ela é distinta da esfera da negatividade, isto é, das determinações suspensas (qualitativas e quantitativas) do ser. Conforme já dito, essa imediatez é uma herança da reflexão externa, pois ela mantém a diferença entre a essência pensada e o múltiplo das determinações. No entanto, aqui se levanta a questão de como a essência na sua própria imediatez pode ser explicitada. E essa questão leva a um dilema: na medida em que na concepção da identidade da essência se abstrai da negatividade, isto é, da esfera das determinações e

da diferença, o conceito de essência permanece vazio. Tal conceito vazio de essência não nos fornece nenhum fundamento a partir do qual as determinações podem ser explicadas. Por outro lado, se o conceito de essência é concebido a partir das determinações suspensas (ou seja, a partir da “aparência”), apenas repetem-se nele numa outra forma as mesmas determinações.

Desde a *Fenomenologia do Espírito*, os exemplos desse dilema dados por Hegel são os conceitos de “coisa” e de “força”, que são retomados na *Lógica da Essência*.<sup>13</sup> Na medida em que o conceito de coisa ou de força possui um conteúdo determinado, ele não é distinguível da ideia da totalidade das propriedades (ou dos efeitos da força); ele repete meramente esse conteúdo numa outra forma. Com isso, perde-se a ideia de uma identidade da essência que seja distinta da esfera da aparência. Por outro lado, quando se distingue a coisa ou a força das determinações da aparência, bem como da totalidade dessas determinações, a concepção da identidade da coisa ou da força fica vazia, tornando-se a ideia de um “X” que subjaz a propriedades ou efeitos fenomenais, mas que não pode ser descrito a partir das determinações da aparência. Assim, parece que a concepção da identidade da essência ou permanece abstrata e vazia, ou se torna indistinguível da ideia da totalidade das determinações da aparência.

Nesse dilema aparece um aspecto da relação entre o pensar da essência e o múltiplo das determinações da aparência que é decisivo para a questão a ser abordada aqui. Porque o dilema implica que a relação externa entre o pensamento e as determinações pensadas, que é característica da reflexão externa, permanece na reflexão determinante numa outra forma. Mostra-se novamente aqui que o desenvolvimento categorial da *Lógica da Essência* sempre – como lado epistémico da mesma medalha – implica uma determinada relação do pensamento com o múltiplo das determinações suspensas. É verdade que aqui o pensamento não é mais uma atividade meramente “formal” que se relaciona com uma “matéria” dada. O pensamento enquanto reflexão determinante essencialmente refere-se a um múltiplo que já está conceitualizado ao ser entendido como propriedades de uma coisa ou manifestações de uma força. No entanto, ao ser concebido assim, o múltiplo ou é fundado por um conceito de essência que permanece vazio, ou é explicado a partir de tal conceito de modo tautológico (se o conteúdo da concepção da essência for apenas a ideia da totalidade das aparências). Em

---

<sup>13</sup> Ver GW 11, págs. 327 ss. e 359 ss..



qualquer caso, o múltiplo é concebido como “suspenso” na essência, sem que o pensamento dispusesse de uma explicitação coerente dessa ideia. Podemos falar aqui de uma externalidade de segunda ordem na relação entre o pensamento e as determinações múltiplas: O pensamento não se refere mais a supostos dados que estão completamente fora do pensamento – isso seria a externalidade de primeira ordem -, mas a um múltiplo que está conceitualizado como “aparência” e, com isso, como intrinsecamente relacionado com a unidade pensada da essência. No entanto, o pensamento enquanto reflexão determinante não consegue explicitar coerentemente sua concepção do múltiplo como “suspenso” na identidade da essência. Nesse sentido, o múltiplo ainda permanece não-compreendido, e assim “externo” ao pensamento, mesmo que não seja mais um mero dado bruto. Penso que a maior parte da lógica da essência trata desse degrau intermediário na superação do ponto de vista da reflexão externa e, com isso, do que chamei de externalidade de segunda ordem na relação entre o pensamento e o múltiplo.

Mais precisamente: isso se aplica à Lógica da Essência até o capítulo “A efetividade”, que traz a gênese própria do conceito. É neste capítulo que a “relação essencial” fica suspensa, isto é, a relação do “aparecer” da essência no seu outro, que no capítulo “A aparição” finalmente é concebida como relação entre o “interior” e o “exterior”. O resultado de que essa relação está suspensa significa que a relação do aparecer, na qual os dois *relata* ainda possuem um resto de imediatez própria, é substituída pela ideia de que a identidade da essência se constitui justamente no múltiplo. Como efetividade, diz Hegel, a essência “manifesta a si mesma, isto é, é ela mesma na sua externalidade e só nela, a saber, é ela mesma so enquanto movimento que se distingue de si mesmo e se determina a si mesma”.<sup>14</sup> Na concepção da efetividade enquanto manifestação, não se assume mais nenhuma identidade “interior”, distinta da esfera do múltiplo e da diferença, cuja explicitação permaneceria um problema. Ao mesmo tempo, há uma identidade – “um essencial”, como Hegel diz<sup>15</sup> -, que se constitui no múltiplo e que não se reduz ao conjunto das determinações essenciais. Sob o aspecto epistêmico da relação do pensamento com o múltiplo, tal concepção – se ela pode ser explicitada coerentemente – significaria a superação da externalidade de segunda ordem. Porque nela o múltiplo seria concebido como suspenso numa identidade

---

<sup>14</sup> GW 11, S. 175.

<sup>15</sup> ECF I, pág. 266.

essencial, sem que se caísse no dilema de ou supor uma identidade distinta e vazia da essência, ou reduzir tal identidade ao conjunto do múltiplo. Finalmente, a ideia de que as determinações essentes estão suspensas ficaria compreensível. Como se sabe, Hegel argumenta que a concepção da manifestação não pode ser explicitada dentro da estrutura da *Lógica da Essência*. É só ao pensar a estrutura do conceito que o pensamento se torna capaz de compreender o múltiplo como suspenso sem cair nos problemas que surgiram da *Lógica da Essência* e, com isso, de genuinamente apropriar-se do múltiplo e superar a externalidade de segunda ordem. O exemplo da autoconsciência como concretização da estrutura do conceito<sup>16</sup>, e a explicitação do conceito de vida como figura do conceito<sup>17</sup> sugerem que tal superação da externalidade do conteúdo é só possível para o pensamento na medida em que este se refere a determinados tipos de objetos – em relação a outros, a estrutura do objeto permaneceria numa certa medida alheia ao pensamento.

### 3. A superação da relação externa entre pensamento e conteúdo

#### na *Lógica* de Hegel e em McDowell

Para finalizar, queria retomar a pergunta feita no início desta apresentação: podemos considerar *Mind and World* como um prolegômeno à *Ciência da Lógica* de Hegel? McDowell adota a crítica sellarsiana do “mito do dado”, ou seja, a crítica à ideia de que o pensamento se refere dados não-conceituais, o que significaria que há um limite externo do conceitual. Contra isso McDowell defende que o conteúdo da experiência já possui um caráter conceitual e proposicional. Experiências não apresentam um mero conjunto de dados – uma “matéria” à qual o pensamento enquanto “forma” se refere -, mas mostram (ou parecem mostrar) que p é o caso, o mesmo conteúdo proposicional podendo ser o conteúdo de um juízo. Conforme McDowell argumenta, é só sob essa suposição que podemos entender como experiências podem confirmar ou falsificar um juízo. McDowell vê uma correspondência entre sua tese de que os conteúdos da experiência já possuem um caráter conceitual e a tese hegeliana na

---

<sup>16</sup> Ver GW 12, págs. 12 ss..

<sup>17</sup> Ver GW 12, págs. 211 ss..

*Fenomenologia do Espírito*: “No pensar, Eu sou *livre*; porque não estou em um Outro ...”.<sup>18</sup>

Conseqüentemente, a superação da concepção do pensamento como atividade “formal” que se refere a uma matéria dada e, nesse sentido, a um conteúdo externo a ele, segundo McDowell exige adotar uma determinada imagem da experiência. Assim que entendemos que essa, e só essa imagem torna compreensível como as relações “normativas” entre experiências e juízos que geralmente pressupomos são possíveis, livrámo-nos do mito do dado e, com isso, da ideia de que o pensamento se refere a dados não-conceituais e externos a ele. É importante notar que, segundo McDowell, isso não altera nem o repertório conceitual conforme o qual pensamos sobre a realidade, nem nossa compreensão do que são conceitos. Assim, McDowell defende que em base da tese do caráter conceitual do conteúdo da experiência podemos dizer que o conteúdo de certas experiências envolve, por exemplo, conceitos de cores.<sup>19</sup>

Mostrou-se acima que a *Lógica da Essência* tem como objetivo superar o ponto de vista da reflexão externa e, com isso, superar a concepção do pensamento como atividade “formal” que se refere a dados externos a ela. Portanto, podemos dizer que há uma intenção crítica que a *Lógica* de Hegel tem em comum com a abordagem de McDowell in *Mind and World*. No entanto, apesar disso não parece adequado considerar *Mind and World* um prolegômeno à *Lógica* hegeliana. Porque mostrou-se também que na compreensão hegeliana a superação da concepção do pensamento como relacionado com conteúdos externos a ele está intrinsecamente ligada à ideia de que para o pensamento as determinações imediatas do ser não possuem verdade última, ou seja, que as determinações essentes estão “suspensas”. Portanto, para entender o pensamento como uma atividade que não está relacionada com nenhuma determinação externa a ela, é preciso entender como é possível para o pensamento compreender o estar-suspensa das determinações essentes. Na medida em que o pensamento ainda não consegue compreender isso, o múltiplo das determinações ainda permanece alheio ao pensamento e, nesse sentido, “externo” a ele. Assim, surge na *Lógica* a necessidade de superar a externalidade de segunda ordem – uma exigência que não aparece no projeto de McDowell. Segundo Hegel, isso torna necessário examinar criticamente nosso repertório conceitual e, em particular, superar a metafísica da essência na qual caímos

---

<sup>18</sup> McDowell, 1998, pág. 44. A frase citada encontra-se em Hegel, 2003, pág. 152. Cf. McDowell, 2004.

<sup>19</sup> McDowell, 1998, pág. 56 ss..

facilmente quando tentamos de explicitar a ideia de que as determinações essentes não são a realidade última. Assim, a concepção hegeliana exige não só revisar nossa imagem da relação entre pensamento e realidade, mas exige também revisar os próprios conceitos nos quais entendemos a realidade. A diferença entre a compreensão do que significa superar a concepção da relação externa entre o pensamento e a realidade em Hegel e em McDowell é tão grande que não podemos atribuir a Hegel e McDowell o mesmo projeto filosófico.

### Referências Bibliográficas

Hegel, Georg Wilhelm Friedrich (2003), *Fenomenologia do Espírito*, Tradução de Paulo Meneses, Petrópolis.

---, *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio (1830), Volume I. A Ciência da Lógica*, tradução de Paulo Meneses. São Paulo: Edições Loyola 1995 (= ECF I).

---, *Gesammelte Werke*. In Verbindung mit der Deutschen Forschungsgemeinschaft herausgegeben von der Rheinisch-Westfälischen Akademie der Wissenschaften. Band 11: Wissenschaft der Logik. Erster Band. Zweites Buch. Die Lehre vom Wesen. Herausgegeben von Friedrich Hogemann and Walter Jaeschke, Hamburg:: Meiner 1978 (= GW 11).

---, *Gesammelte Werke*. In Verbindung mit der Deutschen Forschungsgemeinschaft herausgegeben von der Rheinisch-Westfälischen Akademie der Wissenschaften. Band 12: Wissenschaft der Logik. Zweiter Band. Die subjektive Logik (1816). Herausgegeben von Friedrich Hogemann and Walter Jaeschke, Hamburg:: Meiner 1981 (= GW 12).

Henrich, Dieter (1976), “Hegels Grundoperation. Eine Einleitung in die “Logik””, in: R. Guzzuni e.a. (Org.), *Der Idealismus und seine Gegenwart. Festschrift für Werner Marx zum 65. Geburtstag*, Hamburg, 208-230.

Koch, Anton (1999), “Die Selbstbeziehung der Negation in Hegels Logik”, in: *Zeitschrift für Philosophische Forschung* 53, 1-29.

McDowell, John (1998), *Mind and World*, Cambridge/Mass. (4ª edição).

---, (2004) “Selbstbestimmende Subjektivität und externer Zwang”, in: Halbig, Christoph e.a. (org.), *Hegels Erbe*, Frankfurt, 184-208